



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ/RS**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026**

**EDITAL Nº 09/2026 – DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS E JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS**

O Sr. Josemar Zorzi Osmari, Prefeito Municipal de Ivorá/RS, no exercício de suas atribuições, por este edital, para conhecimento dos interessados, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Abertura nº 01/2026, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

**1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS**

1.1. Foi realizada a avaliação dos recursos interpostos pelas pessoas candidatas durante o período de 26 a 28/05/2026, e justifica-se a manutenção ou alteração dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas no Anexo I deste Edital.

**2. DOS GABARITOS DEFINITIVOS**

2.1. Os Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas encontram-se no Anexo II deste edital.

**3. DOS ANEXOS**

3.1. É parte integrante do presente edital:

ANEXO I – Justificativas para Manutenção/Alteração dos Gabaritos Preliminares;

ANEXO II – Gabaritos Definitivos.

Ivorá, 11 de junho de 2026.

Josemar Zorzi Osmari  
**Prefeito Municipal**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ/RS

### CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

#### ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

#### JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

De acordo com o Edital de Abertura 01/2026, que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na Internet. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

#### NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

#### MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

**CARGO(S): 21 – MOTORISTA**

**QUESTÃO 31 – MANTIDA alternativa 'D'.**

A questão solicitou ao candidato que identificasse alternativa em conformidade com o art. 12 da Lei nº 15/1989, dispositivo que estabelece a classificação dos cargos em três níveis distintos, cada qual definido pela conjugação entre sua denominação e as respectivas atribuições, exigências e grau de complexidade.

Em questões de múltipla escolha, a correção de uma alternativa deve ser aferida pela análise integral de seu conteúdo. Não é juridicamente nem tecnicamente admissível examinar apenas parte da assertiva, desconsiderando elementos que a compõem. Assim, para que uma alternativa seja considerada correta, é necessário que todos os seus elementos estejam em conformidade com a legislação pertinente.

No caso concreto, as alternativas A, B e C apresentam descrição incompatível com o nível indicado em cada uma delas, razão pela qual se mostram incorretas. Embora os textos descritivos tenham sido extraídos da legislação, foram deliberadamente associados a níveis distintos daqueles previstos no art. 12, circunstância que torna as alternativas falsas quando consideradas em sua integralidade.

Por sua vez, a alternativa D reproduz corretamente tanto a denominação do nível (“Nível Principal”) quanto a descrição correspondente prevista no inciso I do art. 12 da Lei Municipal nº 15/1989, constituindo a única resposta integralmente correta.

Não procede, igualmente, a alegação de ambiguidade do comando. O enunciado exige a identificação de hipótese prevista na sistemática dos níveis estabelecida pela lei, o que pressupõe a correta correspondência entre o nível e sua respectiva descrição. Em nenhum momento o texto autoriza a análise isolada da descrição, dissociada da classificação legal que a acompanha. Dessa forma, verifica-se que existe apenas uma alternativa

correta, inexistindo ambiguidade, duplicidade de respostas ou vício capaz de comprometer a validade da questão.

Ante o exposto, indefere-se o recurso, mantendo-se o gabarito originalmente divulgado.

**Referência Bibliográfica:**

Lei Municipal nº 15/89 do Município de Ivorá – RS.

**Conteúdo Programático:**

Lei Municipal nº 15/89 do Município de Ivorá – RS.

**CARGO(S): 21 – MOTORISTA**

**QUESTÃO 33 – MANTIDA alternativa 'A'.**

A questão solicitou a identificação de competência atribuída ao Município de Ivorá nos termos do art. 6º da Lei Orgânica Municipal. A alternativa apontada como correta reproduz o conteúdo normativo do inciso V do referido dispositivo, ao estabelecer como competência municipal: “Criar, organizar e suprimir distritos, respeitada a legislação estadual pertinente”.

Embora a redação legal utilize a expressão “observada a legislação estadual”, a substituição do termo “observada” por “respeitada” não altera o conteúdo jurídico da norma nem modifica seu alcance semântico. Trata-se de mera adaptação que preserva integralmente o sentido da disposição legal, permanecendo inequívoca a identificação da competência municipal prevista no dispositivo. Além disso, na elaboração de questões, não se exige reprodução literal absoluta do texto legal, salvo quando expressamente indicado no enunciado. É suficiente que a alternativa mantenha fidelidade ao conteúdo normativo da disposição examinada, o que ocorre no presente caso.

As demais alternativas apresentam incorreções substanciais:

A alternativa “B” atribui ao Município o exercício de “poder de polícia investigativa”, expressão inexistente no dispositivo legal e incompatível com a repartição constitucional de competências. A alternativa “C” afirma competir ao Município “remover” servidões administrativas, quando o texto legal prevê a competência para instituí-las, constituindo alteração que inverte o sentido da norma. A alternativa “D” menciona “assuntos de interesse estadual”, quando a Lei Orgânica trata de assuntos de interesse local, erro que descaracteriza completamente o dispositivo. Assim, verifica-se que apenas a alternativa “A” traduz corretamente a competência prevista no art. 6º, inciso V, da Lei Orgânica Municipal.

Diante do exposto, indefere-se o recurso, mantendo-se o gabarito originalmente divulgado.

**Referência Bibliográfica:**

Lei Orgânica do Município de Ivorá – RS.

**Conteúdo Programático:**

Lei Orgânica do Município de Ivorá – RS.

**NÍVEL FUNDAMENTAL**

**MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA**

**CARGO(S): 18 – ELETRICISTA, 19 – OPERADOR DE MÁQUINA, 20 – OPERÁRIO ESPECIALIZADO**

**QUESTÃO 13 – MANTIDA alternativa 'B'.**

A palavra “pessoas” possui 7 grafemas (letras), p – e – s – s – o – a – s, sendo consideradas, portanto, todas as letras que compõem a respectiva palavra. Já os fonemas (sons) são 6: /p/ – /e/ – /s/ – /o/ – /a/ – /s/, visto que o grupo “ss” é formado por duas letras (dois grafemas) e representa apenas um fonema (um som) (/s/). Portanto, “pessoas” tem 6 fonemas e 7 grafemas.

**Referência Bibliográfica:**

Cunha e Cintra. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

**Conteúdo Programático:**

Relação entre letras e fonemas, identificação de dígrafos e encontros consonantais e diferenças entre sons de letras. Relação entre letras e fonemas, identificação de dígrafos e encontros consonantais e diferenças entre sons de letras.

**MATÉRIA: MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO**

**CARGO(S): 18 – ELETRICISTA, 19 – OPERADOR DE MÁQUINA, 20 – OPERÁRIO ESPECIALIZADO**

**QUESTÃO 21 – MANTIDA alternativa 'A'.**

A questão será mantida.

Efetuando-se a multiplicação tem-se:

$$102 \times 98 = 9.996$$

Logo, possui 2 classes (classe das unidades simples e classe dos milhares) e 4 ordens (número formado por 4 algarismos).

**Referência Bibliográfica:**

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy; CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da Matemática: 6º ano. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

**Conteúdo Programático:**

Sistema de numeração decimal.

**CARGO(S): 18 – ELETRICISTA, 19 – OPERADOR DE MÁQUINA, 20 – OPERÁRIO ESPECIALIZADO**

**QUESTÃO 25 – MANTIDA alternativa 'B'.**

A questão será mantida.

O enunciado da questão especifica claramente que trata-se da parte que restou do salário: “Qual é a leitura correta da fração que representa **a parte que restou** do salário de Júlio?”

A parte utilizada foi três doze avos, portanto o que restou foi nove doze avos.

**Referência Bibliográfica:**

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy; CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da Matemática: 6º ano. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

**Conteúdo Programático:**

Números fracionários: representação e leitura.

**CARGO(S): 18 – ELETRICISTA, 19 – OPERADOR DE MÁQUINA, 20 – OPERÁRIO ESPECIALIZADO**

**QUESTÃO 27 – MANTIDA alternativa 'B'.**

A questão será mantida. O enunciado diz: “Um fio de cobre está enrolado em um suporte circular com 30 cm de raio”. O enunciado fornece todos os dados necessários para a aplicação da fórmula do comprimento da circunferência de um objeto, conforme mencionado (suporte circular).

$$C = 2 \cdot \pi \cdot r$$

$$C = 2 \cdot 3,14 \cdot 30 = 188,4 \text{ cm}$$

**Referência Bibliográfica:**

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy; CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da Matemática: 6º ano. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

FTD Sistema de Ensino. Ensino fundamental: anos finais e ensino médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2024.

**Conteúdo Programático:**

Geometria plana (cálculo de área e perímetro de polígonos, área de círculo e comprimento de circunferência).

**MATÉRIA: LEGISLAÇÃO****CARGO(S): 18 – ELETRICISTA, 19 – OPERADOR DE MÁQUINA, 20 – OPERÁRIO ESPECIALIZADO****QUESTÃO 33 – MANTIDA alternativa 'D'.**

A questão exigia do candidato a identificação da competência prevista no art. 6º da Lei Orgânica do Município de Ivorá, dispositivo que elenca as competências próprias do Município. A alternativa D (“Combater a poluição urbana, em todas as suas formas, inclusive a sonora e a visual”) reproduz literalmente o inciso XIV do art. 6º da Lei Orgânica, razão pela qual corresponde ao gabarito oficial.

A questão não exigiu a análise das competências constitucionais dos entes federativos, mas sim a identificação da atribuição que, nos termos da Lei Orgânica Municipal, está inserida no rol do art. 6º, em contraposição às competências previstas no art. 7º, que são exercidas de forma participativa com a União, o Estado e a comunidade.

Nesse contexto, a expressão “compete somente ao Município” foi empregada em referência à sistemática adotada pela própria Lei Orgânica, que separa as competências do art. 6º das competências participativas previstas no art. 7º.

Ademais, a alternativa D corresponde exatamente ao inciso XIV do art. 6º, enquanto as alternativas A, B e C reproduzem matérias constantes do art. 7º, respectivamente incisos XII, V e X.

Quanto à alternativa B, embora reproduza o texto do inciso V do art. 7º da Lei Orgânica (“fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar”), o referido dispositivo está inserido no capítulo das competências exercidas pelo Município participativamente com a União Federal, o Estado do Rio Grande do Sul e a comunidade, conforme expressamente dispõe o caput do art. 7º. A questão, entretanto, solicitou a identificação da competência prevista no art. 6º da Lei Orgânica.

Sendo assim, mantém-se o gabarito.

**Referência Bibliográfica:**

Lei Orgânica do Município de Ivorá – RS.

**Conteúdo Programático:**

Lei Orgânica do Município de Ivorá – RS.

**NÍVEL MÉDIO****MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA****CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 17 – TESOUREIRO****QUESTÃO 7 – MANTIDA alternativa 'A'.**

Na linha 13, temos a ocorrência da crase em “A memória de trabalho está ligada à capacidade...”, pois ocorre a fusão de duas vogais “a”: o termo regente “ligada” exige a preposição “a” (ligado a algo) e o substantivo feminino “capacidade” admite o artigo definido feminino “a”.

Nas linhas 15 e 19, não há a ocorrência da crase, nem em “a capacidade” nem em “a quantidade”, pois o “a” presente nestas duas situações é apenas um artigo definido feminino, não havendo termo anterior que exija a preposição “a”. Logo, não ocorre a fusão (a + a), condição necessária para a crase.

**Referência Bibliográfica:**

Cunha e Cintra. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

**Conteúdo Programático:**

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 8 – MANTIDA alternativa 'C'.**

O termo “efetivo” estabelece oposição semântica direta com “ineficaz”. “Efetivo” pode significar aquilo que é real, concreto, eficaz em seus resultados, capaz de produzir efeitos ou alcançar os objetivos pretendidos, constituindo, portanto, contraposição adequada ao sentido expresso pelo termo do enunciado.

Já “adequado” não configura oposição semântica direta ao vocábulo ineficaz. Embora algo adequado possa, em determinadas situações, contribuir para a obtenção de resultados satisfatórios, os conceitos não são equivalentes. Um procedimento pode ser adequado às circunstâncias e, ainda assim, não produzir os efeitos desejados; da mesma forma, a inadequação não corresponde necessariamente à ausência de eficácia. Trata-se, portanto, de relação indireta e insuficiente para caracterizar antonímia em detrimento da alternativa que apresenta oposição lexical mais precisa.

**Referência Bibliográfica:**

Cunha e Cintra. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

**Conteúdo Programático:**

Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 9 – MANTIDA alternativa 'D'.**

Mantém-se o gabarito.

A alternativa B encontra-se em tempo verbal distinto daquele empregado na oração original. Embora a construção seja gramaticalmente correta, ela altera a referência temporal da ação e, por isso, não constitui mera transposição da voz ativa para a voz passiva, mas sim uma reformulação com mudança de tempo.

A) Incorreta: “são compartilhados” utiliza o auxiliar no presente do indicativo, alterando o tempo verbal da declaração original feita pela especialista.

B) Incorreta: “tinham sido compartilhados” mantém a voz ativa (tempo composto), não realizando a inversão necessária para a voz passiva.

C) Incorreta: “seriam compartilhados” utiliza o futuro do pretérito, o que modifica a ideia de um fato já ocorrido e relatado no texto.

D) Correta: “foram compartilhados” transpõe corretamente o pretérito perfeito da voz ativa para a passiva analítica, utilizando o verbo auxiliar “foram” seguido do particípio “compartilhados”.

**Referência Bibliográfica:**

Cunha e Cintra. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

**Conteúdo Programático:**

Morfologia: classes de palavras e suas flexões, significados e empregos, estrutura e formação de palavras, e vozes verbais e sua conversão nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 11 – ANULADA.**

Embora nem todas as gramáticas apresentem posição sobre o tema, de acordo com Bechara (2024, recurso digital), “com as expressões do tipo ‘é necessário’, ‘é bom’, ‘é preciso’, o adjetivo pode ficar invariável, qualquer que seja o gênero e o número do termo determinado, quando se deseja fazer uma referência de modo vago ou geral. Sendo assim, a alternativa B “É necessário pausas frequentes durante as horas de estudo” pode ser considerada correta de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa. A alternativa C “Evidências indicam que estudar por várias semanas é eficaz” é inequivocamente correta.

Dessa forma, havendo duas respostas corretas possíveis, decide-se pela anulação da questão.

**Referência Bibliográfica:**

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. E-book.

**Conteúdo Programático:**

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 12 – MANTIDA alternativa 'D'.**

Na análise fonológica, deve-se considerar os sons efetivamente pronunciados, e não o número de letras. A palavra enfoque é segmentada fonematicamente da seguinte forma: en-fo-que : /ê/ + /f/ + /o/ + /k/ + /i/

Assim, a palavra apresenta os seguintes fonemas:

/ê/ (vogal nasal representada por “en”);

/f/;

/o/;

/k/ (representado pelo dígrafo gráfico “qu”, em que a letra u não possui realização fonêmica);

/i/ (som correspondente à vogal final átona “e”).

Sendo assim, a palavra possui 7 letras e 5 fonemas. Isso ocorre devido à presença de dois dígrafos: o dígrafo vocálico “en” (um som de “e” nasal) e o dígrafo consonantal “qu” (o som de /k/ seguido de uma vogal, onde o “u” não é pronunciado).

**Referência Bibliográfica:**

Cunha e Cintra. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

**Conteúdo Programático:**

Fonologia: relações entre fonemas e grafias, e relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 14 – MANTIDA alternativa 'A'.**

Mantém-se o gabarito.

A) Correta: O termo “que” retoma o substantivo “intrínseca”, exercendo o papel de pronome relativo ao introduzir uma oração subordinada adjetiva.

B) Incorreta: O termo não inicia uma oração que completa o sentido de um verbo ou nome (oração substantiva), mas sim uma que caracteriza um termo anterior.

C) Incorreta: Embora a oração inteira tenha um valor de explicação, a palavra isolada funciona como um elo que substitui um nome e não como uma conjunção coordenada explicativa.

D) Incorreta: O termo não indica uma consequência ou o fechamento de um raciocínio lógico (como faria o conectivo “portanto”).

**Referência Bibliográfica:**

Cunha e Cintra. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

**Conteúdo Programático:**

Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.

**MATÉRIA: CONHECIMENTOS GERAIS**

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 11 – MANTIDA alternativa 'B'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 16 – MANTIDA alternativa 'B'.**

A questão solicita o número de municípios que fazem limite com Ivorá, informação objetiva e expressamente constante na referência utilizada para elaboração da questão. Conforme os Dados Gerais disponibilizados no site oficial do Município de Ivorá, o município faz limite com 4 municípios. Dessa forma, a resposta indicada no gabarito preliminar encontra-se integralmente respaldada pela fonte utilizada na elaboração da prova. Informações extraídas de fontes distintas da referência adotada para a elaboração da questão e a existência de informações divergentes em outros sites eletrônicos não são suficientes para descaracterizar a correção da questão quando a resposta está amparada em fonte oficial e específica sobre o município. O enunciado é claro, objetivo e exige apenas a identificação do número de municípios limítrofes de Ivorá, possuindo resposta única conforme a referência utilizada. A questão foi elaborada com base em informação pública, oficial e acessível, relacionada diretamente ao conteúdo de conhecimentos locais previsto no certame. Portanto, não há erro material, duplicidade de respostas ou qualquer vício que comprometa a validade da questão.

Mantém-se o gabarito preliminar.

**Referência Bibliográfica:**

<https://www.ivora.rs.gov.br/o-municipio/dados-gerais>

**Conteúdo Programático:**

Regionalização do IBGE.

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 14 – MANTIDA alternativa 'A'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 19 – MANTIDA alternativa 'A'.**

A questão apresenta enunciado claro e objetivo ao mencionar uma premiação realizada anualmente nos Estados Unidos que reconhece produções cinematográficas em categorias como melhor filme, direção, atuação e roteiro. Tais características identificam de forma inequívoca o Oscar, resposta indicada na alternativa A. A expressão “maior premiação do cinema mundial” é amplamente utilizada por veículos de comunicação,

publicações especializadas e materiais didáticos para se referir ao Oscar, em razão de seu reconhecimento internacional, relevância histórica e impacto na indústria cinematográfica mundial. Inclusive, a referência utilizada na elaboração da questão adota esse entendimento ao tratar o Oscar como a principal premiação do cinema. Também não procede a tentativa de atribuir correção à alternativa B. O Grammy Awards é uma premiação voltada primordialmente à indústria musical, destinada ao reconhecimento de artistas, álbuns, canções e demais produções ligadas à música. Ainda que algumas categorias possam envolver trilhas sonoras ou produções audiovisuais relacionadas à música, isso não o caracteriza como uma premiação do cinema, tampouco como premiação destinada às categorias expressamente citadas no enunciado, como melhor filme, direção e atuação. Da mesma forma, as alternativas C e D não se enquadram na descrição apresentada. O Festival de Cannes consiste em um festival cinematográfico internacional, enquanto o Emmy Awards é direcionado às produções televisivas. Nenhuma dessas premiações corresponde à descrição constante no enunciado. Verifica-se, portanto, que a questão possui apenas uma resposta correta e o enunciado fornece elementos suficientes para a identificação inequívoca da alternativa correta. Dessa forma, inexistindo erro material ou vício que comprometa a objetividade da questão, mantém-se o gabarito preliminar.

**Referência Bibliográfica:**

<https://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/oscar.htm>

**Conteúdo Programático:**

Cultura.

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 15 – MANTIDA alternativa 'B'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 20 – MANTIDA alternativa 'B'.**

A questão apresenta enunciado claro, objetivo e compatível com o conteúdo de atualidades exigido no certame. Ao perguntar “Em que ano ocorrerão os Jogos Olímpicos em Los Angeles?”, a banca faz referência direta à edição dos Jogos Olímpicos cuja sede já foi oficialmente definida pelo Comitê Olímpico Internacional. Não há qualquer ambiguidade quanto ao objeto da pergunta. A expressão “Jogos Olímpicos” refere-se ao evento esportivo internacional propriamente dito, e não ao ciclo olímpico, às etapas preparatórias, aos eventos classificatórios, ao legado da competição ou a atividades administrativas relacionadas à sua organização. A tentativa de vincular a resposta ao conceito ampliado de “ciclo olímpico” não encontra respaldo no texto do enunciado. Caso a intenção fosse questionar aspectos relacionados ao planejamento, à preparação ou aos desdobramentos institucionais do evento, tais elementos deveriam estar expressamente mencionados na questão, o que não ocorreu. Também não procede a alegação de que a alternativa C seria interpretativamente defensável. Os Jogos Olímpicos de Los Angeles possuem data oficial de realização definida para o ano de 2028. O ano de 2029 não corresponde à realização do evento e não pode ser considerado resposta correta para a pergunta formulada. Da mesma forma, eventual existência de atividades posteriores à competição não altera o fato objetivo cobrado pela questão: o ano em que ocorrerão os Jogos Olímpicos na cidade-sede indicada. A fonte utilizada pela banca informa de maneira inequívoca que Los Angeles sediará os Jogos Olímpicos de 2028. Verifica-se, portanto, que a questão possui apenas uma resposta correta, sendo objetiva, precisa e plenamente compatível com a informação constante na referência adotada. Dessa forma, inexistindo erro material, ambiguidade ou vício que comprometa a validade da questão, mantém-se o gabarito preliminar.

**Referência Bibliográfica:**

<https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/olimpiadas/onde-serao-realizados-os-jogos-olimpicos-de-2028-e-2032/>

**Conteúdo Programático:**

Esporte.

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 26 – ALTERADA PARA ALTERNATIVA 'A'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 31 – MANTIDA alternativa 'A'.**

Tem-se:

$$A = [3,9]$$

$$B = [2,10[$$

A união  $A \cup B$  reúne todos os elementos que pertencem a pelo menos um dos intervalos. Como o intervalo  $B = [2,10[$  já contém integralmente o intervalo  $A = [3,9]$ , a união é o próprio intervalo  $B$ :  $A \cup B = [2,10[$

**Referência Bibliográfica:**

BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula. v. 1-3. 1. ed. São Paulo: FTD, 2003.

**Conteúdo Programático:**

Teoria dos conjuntos e conjuntos numéricos.

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 27 – ALTERADA PARA ALTERNATIVA 'A'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 32 – MANTIDA alternativa 'A'.**

Trata-se de uma potenciação,  $x^y$ .

$$x = 32 \text{ e } y = 0,6 = \frac{3}{5}$$

Logo:

$$32^{0,6} = 32^{\frac{3}{5}}$$

$$32 = 2^5$$

Assim temos:

$$(2^5)^{\frac{3}{5}} = 2^{5 \times \frac{3}{5}} = 2^3 = 8$$

Portanto:

$$x^y = 8$$

**Referência Bibliográfica:**

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy; CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da Matemática: 6º, 7º, 8º e 9º anos. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

FTD Sistema de Ensino. Ensino fundamental: anos finais e ensino médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2024.

IEZZI, Gelson *et al.* Matemática: ciências e aplicações. v. 1-3. Ensino Médio. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula. v. 1-3. 1. ed. São Paulo: FTD, 2003.

**Conteúdo Programático:**

Operações fundamentais: potenciação e radiciação.

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 28 – ALTERADA PARA ALTERNATIVA 'B'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 33 – MANTIDA alternativa 'B'.**

Seja a área do quadrado ABCD igual a 144, logo seus lados medem 12 cm, portanto:

$$CD = BC = AB = 12 \text{ cm}$$

AD é cateto do triângulo ADE, cuja hipotenusa mede 13 cm. Utilizando Pitágoras:

$$13^2 = 12^2 + (AE)^2$$

$$AE = 5 \text{ cm}$$

Perímetro = soma de todos os lados

$$P = 5 + 12 + 12 + 12 + 13 = 54 \text{ cm}$$

**Referência Bibliográfica:**

FTD Sistema de Ensino Ensino fundamental: anos finais e ensino médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2024.

IEZZI, Gelson *et al.* Matemática: ciências e aplicações. v. 1-3. Ensino Médio. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula. v. 1-3. 1. ed. São Paulo: FTD, 2003.

**Conteúdo Programático:**

Cálculo de área e perímetro das figuras geométricas básicas (quadriláteros e triângulos). Teorema de Pitágoras e suas aplicações.

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 29 – ALTERADA PARA ALTERNATIVA 'A'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 34 – MANTIDA alternativa 'A'.**

Total de alunos: 25

Apenas mamão: 8

Apenas laranja: 10

Nem mamão nem laranja: 5

Mamão e laranja: x

A soma de todos os grupos deve ser igual ao total de alunos:

$$8 + 10 + 5 + x = 25$$

$$23 + x = 25$$

$$x = 25 - 23$$

$$x = 2$$

**Referência Bibliográfica:**

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy; CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da Matemática: 6º, 7º, 8º e 9º anos. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

FTD Sistema de Ensino Ensino fundamental: anos finais e ensino médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2024.

IEZZI, Gelson *et al.* Matemática: ciências e aplicações. v. 1-3. Ensino Médio. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula. v. 1-3. 1. ed. São Paulo: FTD, 2003.

**Conteúdo Programático:**

Diagrama e teoria dos conjuntos.

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 36 – MANTIDA alternativa 'D'.**

A questão será mantida.

Laura não viaja para a região Norte. – Logo, viaja para o Centro-Oeste e para o Nordeste.

Marlene e Laura não voam para as mesmas regiões. – Então, Marlene vai para o Norte.

Marlene só voa para uma região. – Logo, vai para o Norte.

Joana não voa para a região Nordeste. – Logo, vai para Centro-Oeste e Norte.

Sendo assim, considerando as restrições apresentadas, a única escala que não seria possível é Marlene ir para o Nordeste.

**Referência Bibliográfica:**

PADILHA, Josimar. Raciocínio lógico-matemático: teoria e aplicação. 3. Ed. Ver. e atual. Brasília: Vestcon, 2013.

**Conteúdo Programático:**

Operações lógicas das proposições: condicional.

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 37 – MANTIDA alternativa 'D'.**

A questão será mantida.

Na representação decimal de números racionais, a vírgula separa a parte inteira da parte decimal. (p. 173 – A conquista da matemática – 6º ano)

$$f(x) = x + 3 = f(10) = 13$$

$$g(x) = 2x - 7 = g(1,5) = 2 \cdot 1,5 - 7 = -4$$

$$13 + 2 \cdot (-4) = 13 - 8 = 5$$

**Referência Bibliográfica:**

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy; CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da Matemática: 6º, 7º, 8º e 9º anos. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

FTD Sistema de Ensino. Ensino fundamental: anos finais e ensino médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2024.

IEZZI, Gelson *et al.* Matemática: ciências e aplicações. v. 1-3. Ensino Médio. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula. v. 1-3. 1. ed. São Paulo: FTD, 2003.

**Conteúdo Programático:**

Imagem da função de 1º grau.

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 39 – MANTIDA alternativa 'C'.**

A questão será mantida e está claramente redigida. Trata-se de uma aplicação simples de regra de três, com linguagem matemática comum nos livros de ensino fundamental e médio.

Segue a resolução:

$$92: 4 = 23 \text{ por dia}$$

$$23 \times 23 = 529 \text{ demandas}$$

**Referência Bibliográfica:**

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy; CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da Matemática: 6º, 7º, 8º e 9º anos. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

FTD Sistema de Ensino<sup>9</sup> Ensino fundamental: anos finais e ensino médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2024.

IEZZI, Gelson *et al.* Matemática: ciências e aplicações. v. 1-3. Ensino Médio. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula. v. 1-3. 1. ed. São Paulo: FTD, 2003.

**Conteúdo Programático:**

Regra de três simples.

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 40 – MANTIDA alternativa 'B'.**

A questão será mantida. No enunciado consta que os conceitos são referentes à geometria plana e espacial.

I. O perímetro de um retângulo é obtido pelo produto entre a base e a altura da figura. – Incorreta, o perímetro é a soma da medida dos lados.

II. A área de um quadrado com lado igual a 20 cm é igual a 400 cm<sup>2</sup> – Correto, a área do quadrado é lado ao quadrado.

III. Para saber o comprimento da circunferência deve-se aplicar a fórmula  $C = \pi \cdot r^2$  – Incorreto, o comprimento da circunferência é  $C = 2 \cdot \pi \cdot r$ .

**Referência Bibliográfica:**

FTD Sistema de Ensino: ensino fundamental: anos iniciais e ensino médio. 2. ed. – São Paulo: FTD, 2024.

IEZZI, Gelson *et al.* Matemática: ciências e aplicações. v. 1-3. Ensino Médio. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática aula por aula. v. 1-3. 1. ed. São Paulo: FTD, 2003.

**Conteúdo Programático:**

Geometria plana: semelhança de triângulos, cálculo de área e perímetro das figuras geométricas básicas (quadriláteros, triângulos e círculos), cálculo de área e perímetro de polígonos. Circunferência e círculo: comprimento da circunferência, área do círculo.

**MATÉRIA: LEGISLAÇÃO**

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 17 – MANTIDA alternativa 'A'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 22 – MANTIDA alternativa 'A'.**

A questão foi expressamente fundamentada no art. 8º da Lei Municipal nº 479/2001, diploma normativo indicado de forma clara e objetiva no enunciado. O art. 8º da Lei elenca as formas de provimento dos cargos públicos municipais, entre as quais figuram nomeação, recondução e reversão, não incluindo a promoção.

Assim, dentre as alternativas apresentadas, a única que não corresponde a forma de provimento prevista no dispositivo legal referido é a alternativa A) Promoção, razão pela qual o gabarito preliminar está correto.

O fato de a nomeação ser a única modalidade de provimento originário não altera a resposta da questão. O enunciado não solicitou a identificação de modalidade de provimento originário ou derivado, tampouco exigiu classificação doutrinária das formas de provimento. A pergunta foi objetiva ao determinar que a resposta deveria ser encontrada “de acordo com o art. 8º da Lei nº 479/2001”. Como a nomeação está expressamente prevista no referido dispositivo, não pode ser considerada a alternativa correta.

Igualmente não procede a argumentação de que a recondução não constituiria forma de provimento em razão de debates doutrinários acerca de sua natureza jurídica. Ainda que existam discussões acadêmicas sobre

determinados institutos administrativos, o legislador municipal optou por incluir expressamente a recondução entre as formas de provimento previstas em seu regime jurídico. Em consequência, para fins da questão, prevalece a literalidade da norma municipal indicada no enunciado. A questão delimitou expressamente a fonte normativa aplicável, afastando a necessidade de recorrer a entendimentos doutrinários ou à disciplina constante de outros estatutos funcionais. A existência de classificações doutrinárias diversas não tem o condão de invalidar questão cuja resposta decorre diretamente de dispositivo legal específico e expressamente mencionado.

Desse modo, verifica-se que a alternativa A) Promoção é a única que não integra o rol das formas de provimento previstas no art. 8º da Lei Municipal nº 479/2001, permanecendo correta a resposta divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar da questão.

**Referência Bibliográfica:**

Lei Municipal 479/01 do Município de Ivorá – RS (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais).

**Conteúdo Programático:**

Lei Municipal 479/01 do Município de Ivorá – RS (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais).

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 22 – MANTIDA alternativa 'D'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 27 – MANTIDA alternativa 'D'.**

O recurso não merece provimento.

A questão solicitou expressamente a identificação de um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme disposto no art. 1º da Constituição Federal de 1988, cuja redação estabelece:

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.”

Entre as alternativas apresentadas, apenas a alternativa D) Dignidade da pessoa humana reproduz, de forma literal, um dos fundamentos previstos no referido dispositivo constitucional.

As alternativas A) Defesa da paz, B) Não intervenção e C) Solução pacífica dos conflitos não constituem fundamentos da República Federativa do Brasil, mas sim princípios que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, previstos expressamente no art. 4º da Constituição Federal.

A alegação de que a alternativa “C” poderia ser considerada correta por integrar o conjunto dos chamados “princípios fundamentais” não procede. Embora os arts. 1º a 4º da Constituição componham o Título I, denominado “Dos Princípios Fundamentais”, a questão não indagou acerca dos princípios fundamentais em sentido amplo, mas sim acerca dos fundamentos da República Federativa do Brasil, expressão técnica e juridicamente determinada pelo próprio art. 1º da Constituição.

A redação da questão foi objetiva ao indicar tanto o dispositivo legal de referência quanto à expressão constitucional exata (“tem como um de seus fundamentos”), não havendo margem para interpretação que permita considerar correta qualquer alternativa diversa daquela expressamente prevista no art. 1º da Carta Magna.

Quando a questão reproduz ou remete de forma clara ao texto legal, deve prevalecer a interpretação literal do dispositivo normativo indicado, não sendo cabível ampliar o alcance da resposta mediante construções doutrinárias que contrariem a literalidade da norma exigida.

Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

**Referência Bibliográfica:**

Constituição Federal de 1988. a) Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º ao 4º).

**Conteúdo Programático:**

Constituição Federal de 1988. a) Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º ao 4º).

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 23 – MANTIDA alternativa 'C'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 28 – MANTIDA alternativa 'C'.**

A questão solicitou a identificação da alternativa que reproduz competência atribuída à União pelo art. 21 da Constituição Federal de 1988. O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa C, nos seguintes termos: “Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”. A assertiva corresponde exatamente ao disposto no art. 21, inciso XX, da Constituição Federal.

A alegação de que a alternativa manteria “plausibilidade material” não é suficiente para torná-la correta. Em questões de Direito Constitucional que exigem o conhecimento das competências constitucionalmente previstas, a correção da assertiva deve ser aferida pela conformidade com o texto normativo vigente. A existência de interpretações doutrinárias acerca da cooperação internacional ou da integração regional não autoriza a substituição dos termos expressamente adotados pelo constituinte.

Também não procede a argumentação de que a alternativa C seria incorreta em razão da existência de competências comuns ou compartilhadas entre os entes federativos. O art. 21 da Constituição Federal elenca competências da União, dentre as quais se encontra precisamente a atribuição de instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. O fato de outros dispositivos constitucionais preverem formas de atuação cooperativa ou competências de Estados e Municípios não afasta nem descaracteriza a competência expressamente atribuída à União pelo art. 21, XX.

Assim, há apenas uma alternativa compatível com o texto constitucional, inexistindo ambiguidade, dupla interpretação ou possibilidade de coexistência de mais de uma resposta correta. Diante do exposto mantém-se o gabarito preliminar.

**Referência Bibliográfica:**

Constituição Federal de 1988. c) Da Organização do Estado (Arts. 18 ao 43).

**Conteúdo Programático:**

Constituição Federal de 1988. c) Da Organização do Estado (Arts. 18 ao 43).

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 25 – MANTIDA alternativa 'C'.**

**CARGO(S): 12 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA V, 13 – ALMOXARIFE, 14 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 15 – INSPETOR TRIBUTÁRIO, 16 – MONITOR ESCOLAR, 17 – TESOUREIRO**

**QUESTÃO 30 – MANTIDA alternativa 'C'.**

O recurso não merece provimento.

A questão solicitou a identificação de ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.429/1992. O gabarito preliminar indicou corretamente a alternativa C, que reproduz, de forma substancialmente fiel, a hipótese prevista no art. 9º, inciso VII, da Lei de Improbidade Administrativa: “perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado”. Já a alternativa A descreve conduta prevista no art. 11 da Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública. A redação reproduz o inciso VII do referido dispositivo legal: “revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado”.

Embora a utilização de informação privilegiada possa, em determinadas circunstâncias, gerar vantagem indevida ou enriquecimento ilícito, a questão não indagava sobre consequências hipotéticas da conduta, mas sim sobre sua classificação legal expressa segundo a Lei nº 8.429/1992. Nessa perspectiva, a tipificação legal

é objetiva e inequívoca: a conduta descrita na alternativa A encontra-se expressamente inserida no rol do art. 11, e não no art. 9º.

Cumpra destacar que a Lei nº 14.230/2021, embora tenha promovido relevantes alterações no regime da improbidade administrativa, não alterou a classificação normativa das condutas reproduzidas nas alternativas da questão. Assim, permanece correta a distinção entre os atos de enriquecimento ilícito (art. 9º) e os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11).

Não há, portanto, coexistência de alternativas corretas, tampouco ambiguidade ou imprecisão na redação da questão. A alternativa C é a única que corresponde a hipótese legalmente enquadrada no art. 9º da Lei nº 8.429/1992, exatamente como exigido pelo enunciado.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito da alternativa C.

**Referência Bibliográfica:**

Lei 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa).

**Conteúdo Programático:**

Lei 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa).

**MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**CARGO(S): 11 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**QUESTÃO 36 – MANTIDA alternativa 'A'.**

A taquipneia e o uso de musculatura acessória indicam aumento do esforço respiratório, representando tentativa compensatória do organismo para manter adequada oxigenação diante da redução das trocas gasosas pulmonares. A confusão mental, por sua vez, pode resultar de hipoxemia ou hipercapnia, sendo considerada um sinal de gravidade clínica em pacientes com insuficiência respiratória.

As duas últimas assertivas são falsas, pois o aumento da frequência respiratória, nesse contexto, geralmente reflete agravamento do esforço ventilatório, e não melhora da ventilação pulmonar. Além disso, a alteração do nível de consciência nesses casos está frequentemente associada à redução da oxigenação cerebral, não sendo explicada apenas pela presença de febre.

Diante disso o gabarito preliminar encontra-se correto.

**Referência Bibliográfica:**

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner & Suddarth – Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

**Conteúdo Programático:**

Noções básicas de enfermagem em patologias clínicas e cirúrgicas.

**NÍVEL SUPERIOR**

**MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA**

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 2 – EDUCADOR ESPECIAL, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 8 – PROFESSOR PEDAGOGIA: ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL, 9 – PSICÓLOGO, 10 – PSICOPEDAGOGO**

**QUESTÃO 3 – MANTIDA alternativa 'C'.**

Mantém-se o gabarito.

A) Incorreta: O texto é predominantemente expositivo e argumentativo, apresentando fatos e dados sobre o armazenamento de informações, não injuntivo (instrucional).

B) Incorreta: Embora mencione diferentes localidades (Japão, Reino Unido), a variação linguística é o registro técnico-científico padrão, não uma variação regional específica.

C) Correta: O autor recorre à intertextualidade ao citar o “momento Eureka” (referência clássica a Arquimedes) e utiliza recursos metafóricos, como os “redemoinhos de luz”, para tornar conceitos físicos complexos mais compreensíveis ao leitor.

D) Incorreta: Apesar de narrar a trajetória da descoberta de Kazansky, o texto possui finalidade informativa e analítica baseada em fatos e projeções reais (como os dados da IDC), não se tratando de ficção.

#### **Referência Bibliográfica:**

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção Textual Análise de Gêneros e Compreensão. Parábola, 2008.

#### **Conteúdo Programático:**

Linguagem e comunicação: situação comunicativa e variação linguística. Gêneros e tipos textuais, e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 2 – EDUCADOR ESPECIAL, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 8 – PROFESSOR PEDAGOGIA: ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL, 9 – PSICÓLOGO, 10 – PSICOPEDAGOGO**

#### **QUESTÃO 5 – MANTIDA alternativa 'B'.**

Mantém-se o gabarito.

O trecho introduzido pelo travessão — “o que explica, entre outras coisas, por que o céu parece ser azul” — retoma toda a informação anterior (“pequenas partículas refletem a luz branca em todas as direções”) e acrescenta uma explicação sobre ela. Trata-se de uma oração com valor explicativo, funcionando como um comentário aclaratório do autor.

A) Incorreta. Não há aposto nominal resumitivo, mas uma oração iniciada por “o que”.

C) Incorreta. O travessão não indica quebra ou ruptura de sentido, ele introduz uma explicação.

D) Incorreta. O segmento após o travessão não é uma oração coordenada introduzida como exemplificação ou esclarecimento equivalente aos dois-pontos.

#### **Referência Bibliográfica:**

Celso Cunha e Lindley Cintra. Nova Gramática Do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

#### **Conteúdo Programático:**

Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 2 – EDUCADOR ESPECIAL, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 8 – PROFESSOR PEDAGOGIA: ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL, 9 – PSICÓLOGO, 10 – PSICOPEDAGOGO**

#### **QUESTÃO 7 – MANTIDA alternativa 'A'.**

Mantém-se o gabarito.

A) Correta: De acordo com as normas de colocação pronominal, o pronome relativo “que” funciona como palavra atrativa, obrigando o posicionamento do pronome oblíquo “o” antes do verbo, configurando a próclise.

B) Incorreta: Na oração subordinada “que esta seja a chave”, o termo “esta” funciona como sujeito do verbo ser (“seja”), não como objeto direto.

C) Incorreta: O verbo “seja” está no singular para realizar a concordância verbal com o seu sujeito imediato (“esta”) e não com termos de outros períodos ou orações.

D) Incorreta: O verbo “levar”, no sentido de conduzir a uma conclusão ou ação, possui regência que exige a preposição “a” (“levou a acreditar”).

**Referência Bibliográfica:**

Celso Cunha e Lindley Cintra. Nova Gramática Do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

**Conteúdo Programático:**

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 2 – EDUCADOR ESPECIAL, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 8 – PROFESSOR PEDAGOGIA: ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL, 9 – PSICÓLOGO, 10 – PSICOPEDAGOGO**

**QUESTÃO 8 – MANTIDA alternativa 'D'.**

Mantém-se o gabarito.

No primeiro trecho, o pronome relativo “que” introduz uma oração que acrescenta uma informação explicativa sobre Kazansky: “que é professor de optoeletrônica...”. Portanto, estabelece uma relação de explicação.

No segundo trecho, a conjunção “Mas” introduz uma ideia contrária ou oposta ao que vinha sendo afirmado anteriormente, estabelecendo uma relação de adversatividade.

A) Incorreta. O “que” não expressa restrição e “mas” não indica conclusão.

B) Incorreta. O “que” não introduz causa e “mas” não expressa concessão.

C) Incorreta. O “que” não indica consequência e “mas” não estabelece alternância.

**Referência Bibliográfica:**

Celso Cunha e Lindley Cintra. Nova Gramática Do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

**Conteúdo Programático:**

Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 2 – EDUCADOR ESPECIAL, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 8 – PROFESSOR PEDAGOGIA: ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL, 9 – PSICÓLOGO, 10 – PSICOPEDAGOGO**

**QUESTÃO 9 – MANTIDA alternativa 'A'.**

Mantém-se o gabarito.

I. Incorreta. Imperceptíveis = im- (prefixo) + percept (radical) + -ível (sufixo) + -eis (desinência de plural). Trata-se de derivação prefixal e sufixal. Microexplosões = micro + explosões. Embora haja a junção de dois elementos vocabulares, não ocorre composição por aglutinação (com perda fonética de elementos). O termo é geralmente analisado como composição por justaposição ou formação com elemento de composição (micro-). Logo, a assertiva é falsa.

II. Correta. No trecho “Outras opções, como a armazenagem de informações em DNA, também estão sendo exploradas por cientistas e empresas como a Microsoft” temos a estrutura: verbo auxiliar (estar) + gerúndio do auxiliar (sendo) + particípio (exploradas). Essa é a forma típica da voz passiva analítica. Sujeito paciente: “Outras opções...”; Agente da passiva: “por cientistas e empresas como a Microsoft”. Portanto, a assertiva é verdadeira.

III. Incorreta. Em “A ideia de que os dados ‘pesam pouco’ é enganosa”, a palavra “pouco” modifica o verbo “pesam”, indicando intensidade/quantidade da ação. Nesse contexto, exerce função de advérbio, não de adjetivo. Portanto, a assertiva é falsa.

**Referência Bibliográfica:**

Celso Cunha e Lindley Cintra. Nova Gramática Do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

**Conteúdo Programático:**

Morfologia: classes de palavras e suas flexões, significados e empregos, estrutura e formação de palavras, e vozes verbais e sua conversão nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 2 – EDUCADOR ESPECIAL, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 8 – PROFESSOR PEDAGOGIA: ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL, 9 – PSICÓLOGO, 10 – PSICOPEDAGOGO**

**QUESTÃO 10 – MANTIDA alternativa 'D'.**

Mantém-se o gabarito.

A) Incorreta: A palavra “espessura” possui 9 letras, mas apenas 8 fonemas. Isso ocorre porque o grupo “ss” constitui um dígrafo consonantal, em que duas letras são utilizadas para representar um único som (/s/).

B) Incorreta: Embora “redemoinhos” apresente o dígrafo consonantal “nh”, a palavra não contém um tritongo. A junção “oi” forma um ditongo decrescente, pois consiste em uma vogal seguida de uma semivogal na mesma sílaba. Um tritongo exigiria a sequência semivogal + vogal + semivogal.

C) Incorreta: No verbo “explicar”, o grafema “x” representa apenas um fonema (/s/). Para representar dois fonemas (dífono /ks/), o “x” precisaria soar como em palavras como “tóxico” ou “fixo”, o que não ocorre nesse contexto técnico.

D) Correta: No vocábulo “transparente”, as sequências “an” (em trans-) e “en” (em -prente) funcionam como dígrafos vocálicos (ou nasais). Nesses casos, as consoantes nasais não são pronunciadas distintamente, servindo apenas para indicar a nasalização das vogais anteriores (/ã/ e /á<sup>o</sup>½/).

**Referência Bibliográfica:**

Celso Cunha e Lindley Cintra. Nova Gramática Do Português Contemporâneo. 7. ed. Lexikon, 2021.

**Conteúdo Programático:**

Fonologia: relações entre fonemas e grafias, e relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

**MATÉRIA: CONHECIMENTOS GERAIS**

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 2 – EDUCADOR ESPECIAL, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 8 – PROFESSOR PEDAGOGIA: ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL, 9 – PSICÓLOGO, 10 – PSICOPEDAGOGO**

**QUESTÃO 11 – MANTIDA alternativa 'D'.**

A questão solicita a identificação da denominação inicialmente atribuída ao local que deu origem ao atual município de Ivorá. Conforme a bibliografia utilizada para elaboração da questão, constante no site oficial do Município de Ivorá, a localidade recebeu a denominação de “Núcleo Norte” por estar situada ao norte da Colônia de Silveira Martins. O enunciado é claro, objetivo e reproduz exatamente a informação histórica constante na referência adotada pela banca. Não há imprecisão, ambiguidade ou margem para interpretações distintas quanto à resposta esperada. Importa destacar que questões de concurso público devem ser analisadas à luz da bibliografia utilizada para sua elaboração. Nesse caso, a fonte oficial do Município apresenta de forma expressa e inequívoca a denominação “Núcleo Norte”, coincidindo integralmente com a alternativa D, indicada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar encontra-se plenamente amparado pela bibliografia utilizada e pelo conteúdo histórico oficial do município. Dessa forma, inexistindo erro material, inconsistência no enunciado ou duplicidade de interpretação, mantém-se o gabarito da questão.

**Referência Bibliográfica:**

<https://www.ivora.rs.gov.br/o-municipio/sua-origem>

**Conteúdo Programático:**

História e geografia do País, Estado, do Município e da região que o cerca.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 2 – EDUCADOR ESPECIAL, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 8 – PROFESSOR PEDAGOGIA: ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL, 9 – PSICÓLOGO, 10 – PSICOPEDAGOGO**

**QUESTÃO 14 – MANTIDA alternativa 'C'.**

A questão solicita que o candidato identifique o filme vencedor da categoria Melhor Filme na cerimônia do Oscar de 2026. Trata-se de fato objetivo, amplamente divulgado pela imprensa nacional e internacional, cuja resposta correta encontra-se expressamente contemplada na alternativa C – “Uma Batalha Após a Outra”. Não há ambiguidade interpretativa. O enunciado delimita de forma clara o evento considerado (Oscar 2026), a categoria analisada (Melhor Filme) e o objeto da pergunta (filme vencedor da categoria). Portanto, não há margem para múltiplas interpretações quanto à informação exigida. Também não prospera a alegação de que a alternativa A poderia ser considerada correta. O filme “Zona de Interesse” não foi o vencedor da categoria Melhor Filme na edição de 2026 do Oscar. O fato de a obra ter recebido reconhecimento em edições anteriores da premiação ou em outras categorias não a torna resposta possível para o questionamento formulado, pois deveria ser identificado especificamente o vencedor da categoria indicada no enunciado, e não obras premiadas ou indicadas em anos distintos. Da mesma forma, não há irregularidade na utilização dos títulos em português. As alternativas apresentaram nomenclatura suficiente para individualizar cada obra cinematográfica, não havendo duplicidade, confusão entre títulos ou comprometimento da compreensão da questão. Eventuais discussões acerca de traduções, adaptações comerciais ou títulos alternativos não alteram a identificação inequívoca dos filmes constantes nas alternativas. Quanto à alegação de que o tema seria excessivamente recente, cumpre destacar que fatos atuais e acontecimentos contemporâneos integram regularmente o conteúdo de Conhecimentos Gerais e Atualidades em concursos públicos. A cobrança de eventos recentes, quando baseada em informações públicas, amplamente divulgadas e objetivamente verificáveis, não configura vício nem afronta qualquer princípio aplicável aos certames. Verifica-se, portanto, que a questão apresenta enunciado claro, resposta única e objetivamente verificável, inexistindo ambiguidade, erro material ou fundamento apto a justificar alteração do gabarito ou anulação. Mantém-se o gabarito preliminar da questão.

**Referência Bibliográfica:**

<https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2026/03/15/oscar-2026-veja-vencedores.ghtml>

**Conteúdo Programático:**

Cultura.

**MATÉRIA: MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO**

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 9 – PSICÓLOGO**

**QUESTÃO 16 – MANTIDA alternativa 'B'.**

A questão será mantida conforme resolução a seguir:

( ) Se  $4 + 1 = 7$ , então  $6 + 1 = 7$  --- Se F então  $V = V$ .

( )  $12 : 2 = 6$  ou  $7 \times 0 = 7$  ---  $V$  ou  $F = V$ .

( )  $9 \times 3 = 27$  e  $4 \times 1 = 1$  ---  $V$  e  $F = F$ .

Logo, a sequência é  $V - V - F$ .

**Referência Bibliográfica:**

PADILHA, Josimar. Raciocínio lógico-matemático: teoria e aplicação. 3. Ed. Ver. e atual. Brasília: Vestcon, 2013.

**Conteúdo Programático:**

Tabelas-verdade

**MATÉRIA: LEGISLAÇÃO****CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 9 – PSICÓLOGO****QUESTÃO 21 – MANTIDA alternativa 'B'.**

Os recursos interpostos não merecem provimento.

Inicialmente, cumpre destacar que a questão foi elaborada com fundamento expresso no art. 14 da Lei Municipal nº 15/1989, diploma legal indicado no próprio enunciado. Nos termos do referido dispositivo, a estrutura básica do Quadro Permanente de Cargos do Município de Ivorá compreende os seguintes serviços: Serviço de Administração Geral; Serviço de Fazenda; Serviço de Saúde e Assistência; Serviço de Obras, Viação e Urbanismo. Dessa forma, verifica-se objetivamente que o Serviço de Educação não integra a estrutura básica prevista no art. 14, razão pela qual a alternativa B constitui a única resposta correta.

Quanto à alegação de que a alternativa D seria a correta por supostamente contrariar a lógica administrativa ou a organização municipal contemporânea, o argumento não procede. Questões de concurso público devem ser resolvidas com base no conteúdo normativo efetivamente previsto na legislação indicada, e não a partir de presunções acerca da conveniência administrativa, da relevância constitucional de determinada área de atuação ou de modelos organizacionais adotados por outros entes públicos. Ainda que a educação seja atividade constitucionalmente relevante, tal circunstância não altera a redação do dispositivo legal cobrado.

Também não procede a alegação de ambiguidade ou imprecisão terminológica. A questão exigia apenas a identificação do serviço que não compõe a estrutura básica do Quadro Permanente de Cargos, sendo as alternativas redigidas de forma clara e objetiva. A análise da literalidade do art. 14 conduz inequivocamente à alternativa B, inexistindo dupla interpretação ou coexistência de mais de uma resposta correta.

No tocante à alegação de desatualização legislativa, a questão referiu-se expressamente à Lei nº 15/1989, sendo legítima a cobrança do conteúdo normativo constante do programa previsto no edital. Ademais, eventual alteração legislativa posterior não descaracteriza a validade da questão, sobretudo quando o conteúdo cobrado permanece identificável no diploma legal indicado e não há demonstração de incompatibilidade entre o gabarito divulgado e o texto legal aplicável.

Quanto às alegações de ausência de publicidade ou dificuldade de acesso à legislação municipal, cabe registrar que a validade de uma questão de concurso depende da correção jurídica de seu conteúdo e da existência de resposta objetivamente identificável. A eventual dificuldade de obtenção da norma por parte de alguns candidatos não torna a questão inválida, especialmente quando a legislação integra o conteúdo programático do certame e pode ser consultada junto aos órgãos oficiais competentes. Por fim, a circunstância de determinado portal eletrônico não disponibilizar integralmente o texto da lei não implica nulidade da questão, uma vez que a legislação municipal permanece existente, vigente e passível de consulta pelos meios oficiais adequados.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

**Referência Bibliográfica:**

Lei Municipal nº 15/89 do Município de Ivorá – RS.

**Conteúdo Programático:**

Lei Municipal nº 15/89 do Município de Ivorá – RS.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 9 – PSICÓLOGO****QUESTÃO 26 – MANTIDA alternativa 'C'.**

A questão solicitou a identificação de matéria que, nos termos do art. 52 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, compete à Assembleia Legislativa dispor, com a sanção do Governador, não exigida esta para

as hipóteses previstas no art. 53. O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa “C” – “Dívida pública estadual e meios de solvê-la”.

Inicialmente, observa-se que o art. 52 da Constituição Estadual apresenta rol expresso de matérias sobre as quais a Assembleia Legislativa dispõe mediante processo legislativo ordinário. Entre elas, encontra-se, de forma literal, a matéria constante da alternativa “C”:

“V – dívida pública estadual e meios de solvê-la”.

Portanto, a alternativa indicada no gabarito reproduz fielmente o texto constitucional.

A alternativa “A” não está correta e verifica-se que ela não encontra amparo no art. 52 da Constituição Estadual. O dispositivo constitucional refere-se a “tributos estaduais, arrecadação e distribuição de suas rendas”, e não a “tributos dos municípios”. A competência para instituir tributos municipais é assegurada constitucionalmente aos Municípios, nos termos da Constituição Federal, não cabendo à Assembleia Legislativa estadual dispor sobre tributos municipais da forma apresentada na alternativa.

A tentativa de fundamentar a correção da alternativa “A” por meio de interpretação ampliativa relacionada à repartição de receitas públicas não afasta o fato de que a redação da alternativa diverge do texto constitucional e altera elemento essencial da competência legislativa prevista no dispositivo.

Também não procede a alegação de existência de duas alternativas corretas. Embora o art. 52 da Constituição Estadual contenha, entre suas hipóteses, tanto a matéria referente à dívida pública estadual quanto a matéria relativa às normas gerais sobre alienação, cessão, permuta, arrendamento ou aquisição de bens públicos, a alternativa “B” não reproduz o texto constitucional. O dispositivo refere-se expressamente a “bens públicos”, ao passo que a alternativa apresentou “bens privados”. Trata-se de alteração substancial do conteúdo normativo, suficiente para tornar a alternativa incorreta.

Dessa forma, mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.

#### **Referência Bibliográfica:**

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

#### **Conteúdo Programático:**

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 9 – PSICÓLOGO**

#### **QUESTÃO 27 – MANTIDA alternativa 'B'.**

A questão solicitava ao candidato que identificasse a alternativa correta, com base no art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Inicialmente, a alternativa B reproduz fielmente o disposto no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, razão pela qual está correta. Por sua vez, a alternativa A não corresponde ao texto apresentado na prova. Embora os recorrentes tenham transcrito em seus recursos a redação constitucional correta (“assegurada a plenitude de defesa”), a alternativa efetivamente constante da prova afirmava que seria assegurada a “ampla defesa”.

Ocorre que o art. 5º, inciso XXXVIII, alínea “a”, da Constituição Federal assegura expressamente ao Tribunal do Júri a “plenitude de defesa”, instituto jurídico distinto da mera “ampla defesa”. A utilização de terminologia diversa descaracteriza a literalidade do dispositivo constitucional e torna a alternativa incorreta.

A distinção não é meramente semântica. A Constituição emprega propositalmente a expressão “plenitude de defesa” para o Tribunal do Júri, conferindo proteção mais abrangente ao acusado, razão pela qual a substituição da expressão constitucional por outra diversa impede que a assertiva seja considerada correta.

Também são incorretas as alternativas C e D, pois a Constituição Federal estabelece que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLII), bem como veda a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião (art. 5º, LII).

Quanto à alegação de erro material no enunciado, verifica-se que a utilização da palavra “antigo” em substituição a “artigo” constitui mero erro de digitação, sem qualquer potencial de comprometer a compreensão da questão ou induzir os candidatos a erro. O contexto do enunciado permite identificar de forma inequívoca que a referência é ao art. 5º da Constituição Federal de 1988, inexistindo prejuízo à interpretação ou à resolução da questão.

Dessa forma, a questão apresenta apenas uma alternativa correta, e mantém-se o gabarito.

**Referência Bibliográfica:**

Constituição Federal de 1988. b) Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Arts. 5º ao 17).

**Conteúdo Programático:**

Constituição Federal de 1988. b) Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Arts. 5º ao 17).

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO, 3 – EDUCADOR FÍSICO, 4 – ENFERMEIRO, 5 – FARMACÊUTICO, 6 – FONOAUDIÓLOGO, 7 – INSTRUTOR DE MÚSICA, 9 – PSICÓLOGO**

**QUESTÃO 28 – MANTIDA alternativa 'A'.**

A questão solicita a identificação de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 24 da Constituição Federal de 1988. O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa A, que reproduz exatamente o disposto no art. 24, inciso VI, da Constituição Federal: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.

Por sua vez, a alternativa B (“requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra”) não integra o rol do art. 24 da Constituição Federal. Ao contrário, trata-se de matéria inserida na competência legislativa privativa da União, conforme expressamente previsto no art. 22, inciso III, da Constituição Federal: “Compete privativamente à União legislar sobre: (...) III – requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.” A argumentação recursal baseia-se na possibilidade de atuação administrativa ou normativa complementar dos Estados em situações de defesa civil, calamidade pública ou proteção da coletividade. Todavia, tal circunstância não altera a repartição constitucional de competências legislativas estabelecida pela Constituição. A existência de competências administrativas comuns (art. 23 da CF) ou de atuação suplementar em matérias diversas não transforma matéria expressamente atribuída à competência privativa da União em hipótese de competência legislativa concorrente.

Cumprir destacar que a questão foi elaborada com fundamento direto no texto constitucional e exige do candidato o conhecimento da repartição de competências prevista na Constituição Federal. Nesse contexto, não há espaço para interpretação ampliativa capaz de afastar a literalidade dos arts. 22 e 24 da Carta Magna. Também não procede a alegação de ambiguidade. Apenas a alternativa A corresponde a matéria expressamente prevista no rol de competências legislativas concorrentes do art. 24 da Constituição Federal. As demais alternativas referem-se a matérias disciplinadas em outros dispositivos constitucionais, não se enquadrando na hipótese questionada pelo enunciado.

Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

**Referência Bibliográfica:**

Constituição Federal de 1988. Da Organização do Estado (Arts. 18 ao 43).

**Conteúdo Programático:**

Constituição Federal de 1988. c) Da Organização do Estado (Arts. 18 ao 43).

**MATÉRIA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

**CARGO(S): 2 – EDUCADOR ESPECIAL, 8 – PROFESSOR PEDAGOGIA: ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL, 10 – PSICOPEDAGOGO**

**QUESTÃO 26 – MANTIDA alternativa 'C'.**

O recurso não procede.

A questão solicitava a identificação da modalidade de avaliação cuja finalidade principal é “identificar as dificuldades dos alunos e reorientar o trabalho docente durante o processo de ensino”.

A alternativa apontada como correta no gabarito preliminar: alternativa C (Avaliação Formativa), está adequada, pois a avaliação formativa caracteriza-se pelo acompanhamento contínuo da aprendizagem, permitindo intervenções pedagógicas e reorientação das práticas docentes ao longo do processo educativo.

Embora vários teóricos reconheçam a importância da avaliação diagnóstica, especialmente autores como Luckesi, Hoffmann e Perrenoud, isso não invalida o gabarito da questão. A avaliação diagnóstica possui como

função principal identificar conhecimentos prévios, dificuldades e necessidades dos estudantes, geralmente em momentos iniciais de um processo, servindo de base para o planejamento pedagógico.

Já a avaliação formativa distingue-se por seu caráter contínuo, processual e regulador da aprendizagem, sendo especificamente voltada ao acompanhamento do desenvolvimento do estudante e à reorientação do trabalho docente durante o processo de ensino, exatamente como descrito no enunciado da questão.

Dessa forma, mantém-se o gabarito, não havendo fundamento para alteração ou anulação da questão.

**Referência Bibliográfica:**

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.  
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 2011.

**Conteúdo Programático:**

Avaliação da aprendizagem, instrumentos avaliativos e tipos de avaliação.

**MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO**

**QUESTÃO 31 – MANTIDA alternativa 'B'.**

A questão foi elaborada com base única e exclusivamente no programa divulgado através do Edital do presente certame. A Lei Federal nº 14.133/2021 foi objeto do tema da questão.

O art.1º da Lei 14.133/2021 assim dispõe:

“Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I – os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

II – os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

§ 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.

§ 2º As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos nesta Lei, na forma de regulamentação específica a ser editada por ministro de Estado”.

Como podemos constatar pelas as disposições contidas nos incisos I e II do art. 1º acima transcritas, as assertivas I e II reproduzem fiel e respectivamente aquele comando legal, não havendo margem para ambiguidade conceitual. Sendo assim, as assertivas I e II da referida questão estão perfeitamente corretas.

Entretanto, as normas gerais de licitações da Lei Federal nº 14.133/2021, não se aplicam às empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, de acordo com as disposições do §1º do art. 1º acima transcritas, uma vez que são regidas pela Lei Federal nº 13.303/2016. Sendo assim, a assertiva III está incorreta.

Portanto, improcedente o recurso, mantém-se o gabarito.

**Referência Bibliográfica:**

Lei Federal nº 14.133/2021.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm)

**Conteúdo Programático:**

Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO**

**QUESTÃO 32 – MANTIDA alternativa 'D'.**

A questão foi elaborada com base única e exclusivamente no programa divulgado através do Edital do presente certame. A Lei Federal nº 14.133/2021 foi objeto do tema da questão.

O art.18 da Lei 14.133/2021 assim dispõe:

“Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I – a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II – a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III – a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV – o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V – a elaboração do edital de licitação;”

Como podemos constatar pelas disposições contidas no inciso II do art. 18 acima transcritas, entre as etapas para a realização da fase preparatória está “a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso”. Assim, as assertivas I, II, III e IV reproduzem fielmente as normas contidas no referido dispositivo legal, não havendo margem para ambiguidade conceitual.

Conforme se extrai do texto legal, o legislador elencou o termo de referência, o anteprojeto, o projeto básico e o projeto executivo como instrumentos hábeis para a definição do objeto, ressaltando a aplicação de cada um deles por meio da expressão “conforme o caso”.

Nota-se que o enunciado replicou com exatidão a ressalva legal ao dispor: “[...] entre essas etapas estão os seguintes meios de definição do objeto para o atendimento da necessidade de contratação, **conforme o caso**”. Portanto, improcedente o recurso, mantém-se o gabarito.

#### **Referência Bibliográfica:**

Lei Federal nº 14.133/2021.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm)

#### **Conteúdo Programático:**

Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações.

### **CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO**

#### **QUESTÃO 33 – MANTIDA alternativa 'A'.**

A questão foi elaborada com base única e exclusivamente no programa divulgado através do Edital do presente certame. A Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal foi objeto do tema da questão.

Os art.18, 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal assim dispõem:

“Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50% (cinquenta por cento);

II – Estados: 60% (sessenta por cento);

III – Municípios: 60% (sessenta por cento).

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I – na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional no 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios

financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar; (Vide Decreto nº 3.917, de 2001)

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II – na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; (Vide ADI 6533)

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário; (Vide ADI 6533)

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo; (Vide ADI 6533)

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados; (Vide ADI 6533)

III – na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo”.

Como podemos constatar, as disposições contidas no art. 18 acima transcritas estão reproduzidas fielmente na 1ª parte da sentença da questão, estando perfeitamente correta, não havendo margem para ambiguidade conceitual.

Entretanto, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder o percentual da receita corrente líquida de 60% na esfera municipal, e não 70%, como constou incorretamente na 2ª parte da sentença da questão, conforme as disposições do inciso III do art. 19.

Da mesma forma, a repartição do limite global da esfera municipal não poderá exceder os seguintes percentuais: 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; 54% para o Executivo e não 7% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; 63% para o Executivo, como constaram incorretamente na 3ª parte da sentença, conforme as disposições do inciso III do art. 20 acima transcritas.

Portanto, improcedentes os recursos, ficando mantido o gabarito.

#### **Referência Bibliográfica:**

Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)

#### **Conteúdo Programático:**

Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO**

#### **QUESTÃO 34 – MANTIDA alternativa 'A'.**

A questão foi elaborada com base única e exclusivamente no programa divulgado através do Edital do presente certame. A Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal foi objeto do tema da questão.

O art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal assim dispõe:

“Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento desta Lei Complementar, consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de que trata o art. 67, com ênfase no que se refere a: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

I – atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II – limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III – medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV – providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V – destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI – cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

§ 1o Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

I – a possibilidade de ocorrência das situações previstas no inciso II do art. 4o e no art. 9o;

II – que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

III – que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

IV – que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;

V – fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

§ 2º Compete ainda aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referido no art. 20.

§ 3º O Tribunal de Contas da União acompanhará o cumprimento do disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 39". Como podemos constatar pelas disposições contidas no inciso IV art. 59 acima transcritas, a assertiva I da reproduz fielmente as normas contidas no referido dispositivo legal, e está perfeitamente correta, não havendo margem para ambiguidade conceitual.

Entretanto, os Tribunais de Contas alertarão os Poderes Executivos e Legislativos Municipais quando constatarem que: o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% do limite, e não 80%, como constou incorretamente na assertiva II, de acordo com as disposições do inciso II do art. 59.

Da mesma forma, os Tribunais de Contas alertarão os Poderes Executivos e Legislativos Municipais quando constatarem que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% dos respectivos limites, e não de 80%, como constou incorretamente na assertiva III da questão 34, de acordo com as disposições do inciso III do art. 59.

Portanto, improcedentes os recursos, mantém-se o gabarito.

**Referência Bibliográfica:**

Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)

**Conteúdo Programático:**

Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO**

**QUESTÃO 35 – MANTIDA alternativa 'C'.**

Todos os conceitos e o conteúdo da questão estão baseados em Meirelles (2018), que é referência consagrada no tema que foi objeto da referida questão, citado no enunciado e sendo a fonte e referência para os devidos balizamentos.

Meirelles (2018), no capítulo IV – atos administrativos, mais precisamente no item 4.1 – que trata sobre atos administrativos gerais ou normativos, define que “a essa categoria pertencem os decretos regulamentares e os regimentos, bem como as resoluções, deliberações e portaria de conteúdo geral”. Assim sendo, o decreto mencionado na questão, por trata-se de decreto regulamentar, é um dos exemplos de atos administrativos normativos apontados pelo autor.

O autor, no item 4.2, que trata sobre as os atos administrativos ordinatórios, mais precisamente no item 4.2.4, define que “dentre os atos administrativos ordinatórios de maior frequência e utilização na prática merecem exame as instruções, as circulares, os avisos, as portarias, as ordens de serviços, os ofícios e os despachos”. As portarias, como os demais atos administrativos internos, não atingem nem obrigam aos particulares, pela manifesta razão de que os cidadãos não estão sujeitos ao poder hierárquico da Administração. A portaria mencionada na questão trata-se de uma portaria interna, na qual foi nomeado um servidor para exercer as funções de agente de contratação das licitações. Sendo assim, é um dos exemplos apontados pelo autor como de atos administrativos ordinatórios.

Portanto, improcedentes os recursos, ficando mantido o gabarito.

**Referência Bibliográfica:**

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

**Conteúdo Programático:**

Atos Administrativos.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO**

**QUESTÃO 39 – MANTIDA alternativa 'C'.**

A questão foi elaborada com base única e exclusivamente no programa divulgado através Edital do presente certame.

O art.6º do Decreto-Lei nº 200/1967, que serviu de base para a elaboração da questão, assim dispõe:

“Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

- I – Planejamento.
- II – Coordenação.
- III – Descentralização.
- IV – Delegação de Competência.
- V – Controle”

Como podemos constatar pelas disposições contidas nos incisos I, II e V art. 6º acima transcritas, as alternativas D, B e A, respectivamente, reproduzem fielmente as normas contidas no referido dispositivo legal, e estão perfeitamente corretas. Entretanto, o princípio da discricionariedade não está previsto no referido decreto-lei. Assim, é a resposta correta da referida questão.

Portanto, improcedentes os recursos, ficando mantido o gabarito.

**Referência Bibliográfica:**

Decreto-lei nº 200/1967.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)

**Conteúdo Programático:**

Decreto-lei nº 200/1967.

**CARGO(S): 1 – AGENTE DE CONTROLE INTERNO**

**QUESTÃO 40 – MANTIDA alternativa 'B'.**

A questão foi elaborada com base única e exclusivamente no programa divulgado através do Edital do presente certame.

O art.2º da Lei Municipal nº 1.026/2013, que dispõe sobre o Sistema Controle Interno no Município de Ivorá, e que serviu de base para a elaboração da questão, assim dispõe:

“Art. 2º Para efeitos desta Lei, consideram-se:

I – Controle Interno (CI): conjunto de recursos, métodos e processos adotado pelas próprias gerências do setor público, com vistas a impedir o erro, a fraude e a ineficiência, visando a dar atendimento aos princípios constitucionais, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II – Sistema de Controle Interno (SCI): conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de um órgão central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno previstas na Constituição e normalizadas em cada nível de governo;

III – Unidade Central de Controle Interno (UCCI): órgão central responsável pela coordenação das atividades do sistema de controle interno;

IV – Auditoria Interna (AI): técnica de controle interno, a ser utilizada pela UCCI para verificar a ocorrência de erros, fraudes e desperdícios, abarcando o exame detalhado, total ou parcial, dos atos administrativos”.

Como podemos constatar pelas disposições contidas nos incisos II do art. 2º acima transcritas, a alternativa B da questão 40, reproduz fielmente as normas contidas no referido dispositivo legal, está perfeitamente correta, não havendo margem para ambiguidade conceitual.

Nota-se, que o enunciado da questão solicitada que fosse assinalada a alternativa que, **para efeito da Lei Municipal nº 1.026/2013, definisse o que é o Sistema de Controle Interno (SCI).**

Portanto, improcedentes os recursos, mantém-se o gabarito.

**Referência Bibliográfica:**

Lei Municipal nº 1.026/2013.

<https://www.ivora.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7594&cdDiploma=201310262&NroLei=1.026&Word=&Word2=>

**Conteúdo Programático:**

Lei Municipal nº 1.026/2013. Sistema de Controle Interno.

**CARGO(S): 5 – FARMACÊUTICO**

**QUESTÃO 35 – MANTIDA alternativa 'D'.**

O recurso não procede.

A alternativa “D” é a correta, pois reproduz o disposto no Art. 17 da RDC nº 20/2011, que estabelece que a receita de antimicrobianos possui validade de 10 dias a contar da data de sua emissão. A alegação de existência de exceção para tratamentos prolongados não invalida a assertiva, uma vez que o Art. 18 da mesma norma trata da possibilidade de dispensações sucessivas em situações específicas de uso contínuo, sem alterar a regra geral de validade da prescrição para início do atendimento.

Quanto à alternativa “C”, a assertiva está incorreta ao afirmar que o fracionamento de antimicrobianos é vedado pela Resolução. A RDC nº 20/2011 não estabelece proibição absoluta ao fracionamento, desde que observadas as normas sanitárias aplicáveis e as condições regulatórias pertinentes. Assim, a redação torna a alternativa falsa. Ademais, a alternativa “A” está incorreta, pois a retenção da receita é obrigatória para a dispensação de antimicrobianos; a alternativa “B” está incorreta, pois a RDC nº 20/2011 possui abrangência nacional e não se restringe ao ambiente hospitalar terciário. Dessa forma, a alternativa “D” permanece como única correta, não havendo erro material, ambiguidade ou fundamento normativo que justifique alteração do gabarito ou anulação da questão.

Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.

#### **Referência Bibliográfica:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 20, de 05 de maio de 2011. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. Brasília, DF, 2011.

#### **Conteúdo Programático:**

Legislação Farmacêutica: RDC nº 20/2011 e suas atualizações; Dispensação de medicamentos; Controle de antimicrobianos.

### **CARGO(S): 9 – PSICÓLOGO**

#### **QUESTÃO: 32 – ANULADA.**

A questão solicita que sejam analisadas assertivas Considerando a Resolução nº 06/2019, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), no que se refere ao Relatório Psicológico.

A assertiva I (Visa comunicar a atuação profissional do psicólogo em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações, encaminhamentos e intervenções) apresenta efetivamente a descrição literal do objetivo do relatório psicológico, como vemos “Visa a comunicar a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações, encaminhamentos e intervenções pertinentes à no documento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico” (p. 13), e é portanto, **verdadeira**, diferente ao indicado no gabarito. A segunda assertiva (É fruto de um processo de avaliação psicológica diante de uma demanda específica) se refere, na verdade, ao Laudo Psicológico, como vemos em “Destaca-se o caráter específico do laudo psicológico, diferenciando-o do relatório psicológico. O laudo é fruto de um processo de avaliação psicológica diante de uma demanda específica” (p. 26) e é, portanto, **falsa**; A terceira assertiva (Deve apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo de avaliação psicológica, limitando-se a fornecer as informações necessárias e relacionadas à demanda) se refere ao Laudo Psicológico, como vemos em: “laudo psicológico deve apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo de avaliação psicológica, limitando-se a fornecer as informações necessárias e relacionadas à demanda e relatar” (p. 23), sendo portanto **falsa**; Por fim, a quarta assertiva (Consiste em um documento que certifica, com fundamento em um diagnóstico psicológico, uma determinada situação, estado ou funcionamento psicológico, com a finalidade de afirmar as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita) se refere ao Atestado Psicológico, como vemos em “Atestado psicólogo consiste em um documento que certifica, com fundamento em um diagnóstico psicológico, uma determinada situação, estado ou funcionamento psicológico, com a finalidade de afirmar as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita” (p. 11), sendo portanto **falsa**.

Dado que não há alternativa que contemple a sequência em questão, decide-se por sua anulação.

#### **Referência Bibliográfica:**

Conselho Federal de Psicologia. (2019). Resolução 06/2019 comentada. Orientações sobre elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional. Brasília: CPF.

#### **Conteúdo Programático:**

Código de Ética do Psicólogo e Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

**CARGO(S): 9 – PSICÓLOGO****QUESTÃO: 33 – MANTIDA ALTERNATIVA 'B'.**

A questão apresenta três assertivas sobre a temática da atuação da(o) psicóloga(o) no contexto educacional e solicita que, embasado na obra indicada para o programa, se assinale quais estão incorretas. A primeira assertiva diz que “É função do psicólogo participar do trabalho de elaboração, avaliação e reformulação do projeto político-pedagógico dos estudantes”. De acordo com a obra indicada, “É função da(o) psicóloga(o) participar do trabalho de elaboração, avaliação e reformulação do projeto, destacando a dimensão psicológica ou subjetiva da realidade escolar” (p. 43). O questionamento deu-se pelo uso do termo “dos estudantes”, em lugar de “dimensão psicológica ou subjetiva da realidade escolar”. Entretanto, a referência “aos estudantes” expressa na assertiva ressalta o público-alvo e a finalidade prática das ações planejadas no PPP, cuja elaboração depende diretamente do mapeamento da realidade destes, e que, portanto, são componentes fundamentais da “realidade escolar” como vemos em: “Ao se deparar com o contexto escolar para elaborar planos de intervenção, levando em conta o projeto político-pedagógico, é necessário compreender e conhecer dados objetivos relativos à organização escolar. Entre eles destacamos: o número de estudantes, de turmas, de professores, serviços prestados à comunidade, reuniões que estão planejadas; índice de aprovação, reprovação e evasão; membros das equipes pedagógicas, administrativas e de prestação de serviços gerais; o perfil socioeconômico da comunidade escolar; informações sobre características do território em que a escola está localizada, bem como sua história” (p. 44). A partir do exposto, e dado que o objetivo central da assertiva é avaliar o conhecimento sobre a importância da participação da(o) psicóloga(o) escolar na construção do PPP, permanece a indicação da assertiva como verdadeira.

Em relação às demais assertivas, a segunda assertiva é verdadeira, dado que “a análise das práticas escolares centra-se nas relações institucionais, considerando o contexto social e histórico em que é produzido o processo de escolarização” (p. 45); e a terceira assertiva é falsa, dado que “A partir dessas avaliações, laudos psicológicos são elaborados dizendo apenas aquilo que as crianças e jovens não possuem em função de suas deficiências, não constando informações que possam auxiliar os professores em sua prática pedagógica. Dessa forma, ajudam o preconceito a se perpetuar nas relações estabelecidas entre professores, estudantes, equipe técnica, endossando práticas de exclusão” (p. 48).

O gabarito permanece, portanto, inalterado e a questão, mantida.

**Referência Bibliográfica:**

Conselho Federal de Psicologia (2019). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica. 2. ed. Brasília: CFP.

**Conteúdo Programático:**

Psicopedagogia.

**CARGO(S): 9 – PSICÓLOGO****QUESTÃO 37 – MANTIDA alternativa 'C'.**

A questão solicita que seja assinalada a alternativa incorreta no que se refere à Avaliação Psicológica. A alternativa C diz que “É um processo técnico que, por sua especificidade, é realizado de forma exclusivamente individual”. Entretanto, a referência incluída no programa apresenta que a Avaliação Psicológica não é realizada de forma exclusivamente individual e pode se dar em grupos, como vemos textualmente em: “A Avaliação Psicológica é um processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas que, de acordo com cada área do conhecimento e com as demandas exigidas, requer metodologias específicas” (p. 10). Tal como indicado, então, este processo técnico pode ser realizado com grupo de pessoas, não havendo dúvidas quanto à incorreção da afirmação “é realizado de forma exclusivamente individual” apresentada na assertiva. Ademais, a alternativa D (“Difere-se da Testagem Psicológica”) é correta pois, como aponta a obra “avaliação psicológica é um processo amplo que envolve a integração de informações provenientes de diversas fontes de informação, dentre elas: testes psicológicos, entrevistas, observações sistemáticas e análises de documentos. A testagem psicológica, por sua vez, diz respeito à aplicação dos testes psicológicos e obtenção de informações a partir dessa testagem” (p. 11). Como a questão solicitava que fosse assinalada a alternativa incorreta, a única resposta correta possível permanece sendo a alternativa C.

O gabarito permanece, portanto, inalterado e a questão, mantida.

**Referência Bibliográfica:**

Conselho Federal de Psicologia (2022) Cartilha Avaliação Psicológica. 3. ed. Brasília: CFP.

**Conteúdo Programático:**

Psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica.

**CARGO(S): 9 – PSICÓLOGO**

**QUESTÃO 38 – MANTIDA alternativa 'C'.**

A questão apresenta três assertivas a respeito do que se refere à elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS) e solicita que seja indicada quais estariam incorretas. A assertiva I diz que “O PTS deve ser elaborado de forma multidisciplinar e, posteriormente, apresentado ao paciente, para que ele esteja de acordo com o conteúdo”. De acordo com a obra, esta assertiva é falsa, pois o PTS deve ser elaborado de forma conjunta entre a equipe e o paciente, e não ser uma produção da equipe para ser “apresentado posteriormente ao paciente”, como indica a assertiva. De acordo com o documento, “um projeto terapêutico é um plano de ação compartilhado composto por um conjunto de intervenções que seguem uma intencionalidade de cuidado integral à pessoa. Nesse projeto, tratar das doenças não é menos importante, mas é apenas uma das ações que visam ao cuidado integral. Um PTS deve ser elaborado com o usuário, a partir de uma primeira análise do profissional sobre as múltiplas dimensões do sujeito” (p. 33). Sendo assim, a assertiva é falsa de acordo com a bibliografia indicada.

O gabarito permanece, portanto, inalterado e a questão, mantida.

**Referência Bibliográfica:**

Brasil. (2013). Saúde Mental. Cadernos de Atenção Básica, n34. Brasília: Ministério da Saúde.

**Conteúdo Programático:**

Saúde Pública e Saúde Coletiva.

**CARGO(S): 9 – PSICÓLOGO**

**QUESTÃO 40 – MANTIDA alternativa 'A'.**

A questão apresenta três assertivas a respeito do Psicodiagnóstico, conforme a referência incluída no programa, e solicita que se indique quais são incorretas. A segunda assertiva diz que “O psicodiagnóstico é uma prática exclusiva da Psicologia, e portanto sua elaboração não deve sofrer influência da avaliação de profissionais de outras disciplinas”. A segunda parte da assertiva a torna falsa pois as autoras, na obra, apontam casos nos quais a finalização do processo só é possível a partir da avaliação de profissionais de outras disciplinas, como por exemplo em: “Concomitantemente à definição do que se está recebendo como demanda, das hipóteses e das estratégias de avaliação, é possível que haja necessidade de avaliações de outros profissionais. Por vezes, só se consegue completar o processo psicodiagnóstico com avaliações de outros profissionais, como fonoaudiólogos, neurologistas e psiquiatras. Esse é o momento de aproveitar para discutir o caso. Em nossa experiência, a troca com outros profissionais tem sido muito rica, gerando aprofundamento do caso em questão” (p. 42). Logo, o psicodiagnóstico pode e deve sofrer a influência de fontes de informação sobre a(o) paciente em avaliação que sejam oriundas da avaliação de outros profissionais, de forma a permitir complementar ou até mesmo viabilizar um psicodiagnóstico assertivo. Sendo assim, a assertiva é falsa de acordo com a bibliografia indicada.

O gabarito permanece, portanto, inalterado e a questão, mantida.

**Referência Bibliográfica:**

Bandeira, D.; Trentini, C. & Krug, J. (2016). Psicodiagnóstico: formação, cuidados éticos, avaliação de demanda e estabelecimento de objetivos. In: C. Hutz. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed.

**Conteúdo Programático:**

Psicodiagnóstico.

**CARGO(S): 10 – PSICOPEDAGOGO**

**QUESTÃO 38 – MANTIDA alternativa 'A'.**

O enunciado da questão é explícito quando pede a definição de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A obra de Vygotsky (2007) apresenta de forma precisa a definição clássica correspondente à alternativa “A” que se consolida como o gabarito oficial.

Além disso, a alternativa D não descreve corretamente uma “aplicação prática” da ZDP, por dois motivos fundamentais: para Vygotsky, a ZDP não se refere a conteúdos programáticos ou curriculares isolados, mas sim ao desenvolvimento de funções psicológicas superiores, habilidades e processos cognitivos que estão em maturação; outro equívoco, menos evidente, mas crucial apresenta-se ao afirmar que o sujeito consegue realizar “de forma colaborativa, mas não de forma independente”, contrariando a própria essência da teoria, que prevê um processo contínuo em direção à independência (o que é potencial hoje torna-se real amanhã). Dessa forma, ao fazer a correspondência de ZDP com um conjunto de conteúdos e descaracterizar o dinamismo do processo, a alternativa D delimita erroneamente o conceito original do autor, tornando-se incorreta.

A alternativa A permanece como a única que define perfeitamente e sem ambiguidades a ZDP. Diante do exposto, mantém-se o gabarito oficial.

**Referência Bibliográfica:**

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

**Conteúdo Programático:**

Psicopedagogia: História, conceitos e áreas de atuação.

1 - Agente de Controle Interno									
01 - B	02 - B	03 - C	04 - A	05 - B	06 - C	07 - A	08 - D	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - D
21 - B	22 - D	23 - D	24 - C	25 - C	26 - C	27 - B	28 - A	29 - A	30 - A
31 - B	32 - D	33 - A	34 - A	35 - C	36 - C	37 - D	38 - B	39 - C	40 - B
Assinatura Eletrônica: 14002.5									
2 - Educador Especial									
01 - B	02 - B	03 - C	04 - A	05 - B	06 - C	07 - A	08 - D	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - C	18 - C	19 - B	20 - A
21 - C	22 - D	23 - D	24 - A	25 - B	26 - C	27 - D	28 - B	29 - A	30 - D
31 - D	32 - C	33 - B	34 - A	35 - B	36 - B	37 - C	38 - A	39 - C	40 - D
Assinatura Eletrônica: 23782.5									
3 - Educador Físico									
01 - B	02 - B	03 - C	04 - A	05 - B	06 - C	07 - A	08 - D	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - D
21 - B	22 - D	23 - D	24 - C	25 - C	26 - C	27 - B	28 - A	29 - A	30 - A
31 - A	32 - D	33 - B	34 - C	35 - D	36 - C	37 - C	38 - B	39 - D	40 - A
Assinatura Eletrônica: 12903.75									
4 - Enfermeiro									
01 - B	02 - B	03 - C	04 - A	05 - B	06 - C	07 - A	08 - D	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - D
21 - B	22 - D	23 - D	24 - C	25 - C	26 - C	27 - B	28 - A	29 - A	30 - A
31 - B	32 - A	33 - C	34 - B	35 - B	36 - A	37 - A	38 - C	39 - D	40 - D
Assinatura Eletrônica: 12345.75									
5 - Farmacêutico									
01 - B	02 - B	03 - C	04 - A	05 - B	06 - C	07 - A	08 - D	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - D
21 - B	22 - D	23 - D	24 - C	25 - C	26 - C	27 - B	28 - A	29 - A	30 - A
31 - D	32 - C	33 - A	34 - C	35 - D	36 - B	37 - B	38 - A	39 - D	40 - A
Assinatura Eletrônica: 13922.5									
6 - Fonoaudiólogo									
01 - B	02 - B	03 - C	04 - A	05 - B	06 - C	07 - A	08 - D	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - D
21 - B	22 - D	23 - D	24 - C	25 - C	26 - C	27 - B	28 - A	29 - A	30 - A
31 - B	32 - A	33 - C	34 - C	35 - B	36 - D	37 - A	38 - B	39 - D	40 - A
Assinatura Eletrônica: 12273.75									
7 - Instrutor de Música									
01 - B	02 - B	03 - C	04 - A	05 - B	06 - C	07 - A	08 - D	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - D
21 - B	22 - D	23 - D	24 - C	25 - C	26 - C	27 - B	28 - A	29 - A	30 - A
31 - B	32 - B	33 - C	34 - A	35 - D	36 - C	37 - D	38 - C	39 - C	40 - A
Assinatura Eletrônica: 12759.75									

8 - Professor Pedagogia: Anos Iniciais e Educação Infantil

01 - B	02 - B	03 - C	04 - A	05 - B	06 - C	07 - A	08 - D	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - C	18 - C	19 - B	20 - A
21 - C	22 - D	23 - D	24 - A	25 - B	26 - C	27 - D	28 - B	29 - A	30 - D
31 - D	32 - C	33 - B	34 - A	35 - B	36 - A	37 - C	38 - A	39 - D	40 - B

Assinatura Eletrônica: 23436

9 - Psicólogo

01 - B	02 - B	03 - C	04 - A	05 - B	06 - C	07 - A	08 - D	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - D
21 - B	22 - D	23 - D	24 - C	25 - C	26 - C	27 - B	28 - A	29 - A	30 - A
31 - D	32 - *	33 - B	34 - C	35 - A	36 - B	37 - C	38 - C	39 - A	40 - A

(\*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 13484.25

10 - Psicopedagogo

01 - B	02 - B	03 - C	04 - A	05 - B	06 - C	07 - A	08 - D	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - B	17 - C	18 - C	19 - B	20 - A
21 - C	22 - D	23 - D	24 - A	25 - B	26 - C	27 - D	28 - B	29 - A	30 - D
31 - D	32 - C	33 - B	34 - A	35 - B	36 - C	37 - D	38 - A	39 - A	40 - B

Assinatura Eletrônica: 23400

11 - Técnico em Enfermagem

01 - C	02 - B	03 - B	04 - D	05 - D	06 - B	07 - A	08 - C	09 - D	10 - A
11 - B	12 - D	13 - C	14 - A	15 - B	16 - B	17 - A	18 - B	19 - C	20 - A
21 - D	22 - D	23 - C	24 - D	25 - C	26 - A	27 - A	28 - B	29 - A	30 - B
31 - B	32 - A	33 - B	34 - B	35 - A	36 - A	37 - C	38 - D	39 - C	40 - D

Assinatura Eletrônica: 11463.75

12 - Agente Comunitário de Saúde - ÁREA V

01 - C	02 - B	03 - B	04 - D	05 - D	06 - B	07 - A	08 - C	09 - D	10 - A
11 - *	12 - D	13 - B	14 - A	15 - B	16 - B	17 - D	18 - C	19 - A	20 - B
21 - B	22 - A	23 - B	24 - C	25 - A	26 - D	27 - D	28 - C	29 - D	30 - C
31 - A	32 - A	33 - B	34 - A	35 - B	36 - D	37 - D	38 - C	39 - C	40 - B

(\*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 17310

13 - Almoxarife

01 - C	02 - B	03 - B	04 - D	05 - D	06 - B	07 - A	08 - C	09 - D	10 - A
11 - *	12 - D	13 - B	14 - A	15 - B	16 - B	17 - D	18 - C	19 - A	20 - B
21 - B	22 - A	23 - B	24 - C	25 - A	26 - D	27 - D	28 - C	29 - D	30 - C
31 - A	32 - A	33 - B	34 - A	35 - B	36 - D	37 - D	38 - C	39 - C	40 - B

(\*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 17310

14 - Auxiliar Administrativo

01 - C	02 - B	03 - B	04 - D	05 - D	06 - B	07 - A	08 - C	09 - D	10 - A
11 - *	12 - D	13 - B	14 - A	15 - B	16 - B	17 - D	18 - C	19 - A	20 - B
21 - B	22 - A	23 - B	24 - C	25 - A	26 - D	27 - D	28 - C	29 - D	30 - C
31 - A	32 - A	33 - B	34 - A	35 - B	36 - D	37 - D	38 - C	39 - C	40 - B

(\*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 17310

16 - Monitor Escolar									
01 - C	02 - B	03 - B	04 - D	05 - D	06 - B	07 - A	08 - C	09 - D	10 - A
11 - *	12 - D	13 - B	14 - A	15 - B	16 - B	17 - D	18 - C	19 - A	20 - B
21 - B	22 - A	23 - B	24 - C	25 - A	26 - D	27 - D	28 - C	29 - D	30 - C
31 - A	32 - A	33 - B	34 - A	35 - B	36 - D	37 - D	38 - C	39 - C	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 15579	
17 - Tesoureiro									
01 - C	02 - B	03 - B	04 - D	05 - D	06 - B	07 - A	08 - C	09 - D	10 - A
11 - *	12 - D	13 - B	14 - A	15 - B	16 - B	17 - D	18 - C	19 - A	20 - B
21 - B	22 - A	23 - B	24 - C	25 - A	26 - D	27 - D	28 - C	29 - D	30 - C
31 - A	32 - A	33 - B	34 - A	35 - B	36 - D	37 - D	38 - C	39 - C	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 17310	
18 - Eletricista									
01 - C	02 - A	03 - A	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - A	09 - D	10 - C
11 - C	12 - D	13 - B	14 - D	15 - C	16 - A	17 - B	18 - D	19 - C	20 - D
21 - A	22 - D	23 - B	24 - A	25 - B	26 - C	27 - B	28 - C	29 - D	30 - D
31 - C	32 - B	33 - D	34 - D	35 - A	36 - A	37 - B	38 - D	39 - C	40 - C
								Assinatura Eletrônica: 18112.5	
19 - Operador de Máquina									
01 - C	02 - A	03 - A	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - A	09 - D	10 - C
11 - C	12 - D	13 - B	14 - D	15 - C	16 - A	17 - B	18 - D	19 - C	20 - D
21 - A	22 - D	23 - B	24 - A	25 - B	26 - C	27 - B	28 - C	29 - D	30 - D
31 - C	32 - B	33 - D	34 - D	35 - A	36 - A	37 - B	38 - D	39 - C	40 - C
								Assinatura Eletrônica: 18112.5	
20 - Operário Especializado									
01 - C	02 - A	03 - A	04 - A	05 - C	06 - B	07 - D	08 - A	09 - D	10 - C
11 - C	12 - D	13 - B	14 - D	15 - C	16 - A	17 - B	18 - D	19 - C	20 - D
21 - A	22 - D	23 - B	24 - A	25 - B	26 - C	27 - B	28 - C	29 - D	30 - D
31 - C	32 - B	33 - D	34 - D	35 - A	36 - A	37 - B	38 - D	39 - C	40 - C
								Assinatura Eletrônica: 18112.5	
21 - Motorista									
01 - C	02 - D	03 - A	04 - B	05 - C	06 - C	07 - C	08 - A	09 - B	10 - D
11 - B	12 - A	13 - D	14 - C	15 - A	16 - B	17 - D	18 - C	19 - D	20 - A
21 - B	22 - D	23 - A	24 - C	25 - D	26 - D	27 - B	28 - C	29 - A	30 - B
31 - D	32 - B	33 - A	34 - A	35 - C	36 - D	37 - C	38 - D	39 - B	40 - C
								Assinatura Eletrônica: 17635	

Assinatura Eletrônica Total: 330566.